

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS
CAUSAS, RAZÕES, CONSEQUÊNCIAS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS
DA VIOLÊNCIA, MORTE E DESAPARECIMENTO DOS JOVENS NEGROS E
POBRES NO BRASIL – CPIJOVEM**

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2015

(Do Sr. Jean Wyllys)

Requer sejam convidados o Ministro de Estado da Fazenda; o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União para serem ouvidos perante esta Comissão.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 36 e 255 do Regimento Interno e em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão, seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda; o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União para serem ouvidos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICATIVA

Esta CPI foi instalada com a finalidade de “apurar (...) as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da **violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil**”, tendo como um dos objetivos prioritários do seu plano de trabalho “diagnosticar deficiências sociais,

econômicas, legais e institucionais que propiciam a existência [de uma] realidade de violência, morte e desaparecimento [dos jovens negros e pobres]" e "identificar (...) as principais ações e omissões da sociedade que levam a esse quadro".

Uma das primeiras conclusões que podemos afirmar a partir dos trabalhos já realizados desde a instauração da CPI diz respeito às "deficiências institucionais" que levam a um cenário de verdadeiro extermínio dos jovens negros e pobres, principalmente nas periferias e nas favelas dos centros urbanos. Trata-se de uma equivocada política que consiste, resumidamente, na repressão violenta, dentro da lei ou no vácuo da legalidade, executada pelos aparelhos repressivos estatais e pelo sistema penal, do comércio varejista de determinadas drogas atualmente ilícitas.

Conforme o relatório dos repórteres Willian Ferraz, Hugo Bross, Kaio Diniz e Vanderson Freizer, 56% dos assassinatos no Brasil têm ligação direta com o tráfico. Os mortos, em sua grande maioria, são **jovens pobres de 15 a 25 anos**. E são mais de 50 mil mortes por ano. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), só no Rio de Janeiro, em 2013, houve 4761 homicídios, 16,7% mais que em 2012. Desse total, 416 foram assassinatos cometidos pela polícia e registrados sob o eufemismo de "auto de resistência". Entre 1980 e 2010, a taxa de mortalidade por armas de fogo no Brasil cresceu de 7,3 a 20,4 por cada 100 mil habitantes, **mas esse número, já altíssimo, dobra quando falamos dos jovens: quando as vítimas têm entre 15 e 29 anos, a taxa é 44,2**.

Por outro lado, dados coletados pelo portal G1 mostram que o total de pessoas encarceradas no Brasil é de 563.723 (bem mais que a capacidade das prisões, que é de 363.520 vagas), e em 20 anos esse número aumentou em 450%. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, depois da China, dos EUA e da Rússia, e, de acordo com dados do Ministério da Justiça de dezembro de 2012, **a maioria dos presos é jovem (52% têm entre 18 e 29 anos), negro ou pardo (58%), e quase um de cada quatro (24%) está preso por comércio de drogas ilícitas**.

Esses números e outros que poderiam ser mencionados demonstram que a guerra às drogas, além de ser dispendiosa e inútil, **vítima principalmente jovens negros e pobres**.

O fato é que existe **um significativo investimento de recursos públicos** destinados à ampliação do número de efetivos policiais envolvidos nessa atividade; à aquisição de equipamentos, veículos, armamento, munições e outros recursos; à construção e manutenção de mais presídios, para dar conta do progressivo aumento da população carcerária; ao financiamento de políticas de ocupação militarizada de territórios (especificamente, favelas e áreas mais pobres das periferias dos principais centros urbanos), etc.

Levando em consideração esse primeiro diagnóstico, mostra-se necessário para os trabalhos desta CPI recolher dados e informações sobre os custos orçamentários — oriundos em grande parte de repasses financeiros da União para os estados e municípios, além daqueles executados diretamente pelo Governo Federal — dessa política repressiva, cujos resultados têm sido gravíssimos no que diz respeito à problemática tratada por esta CPI.

É crucial, portanto, **analisar o montante e a progressão dos recursos** que são destinados à política atual, recursos que, com uma política diferente, poderiam ser destinados a outros tipos de investimentos que apontassem para a redução da violência e que fossem capazes de proporcionar melhores condições de vida para aqueles segmentos da população que são atualmente vítimas preferenciais do quadro que esta comissão pretende estudar: jovens negros e pobres.

Sala da Comissão, 25 de maio de 2015.

JEAN WYLLYS
Deputado Federal - PSOL/RJ